



AÇÕES DO PLANO BÁSICO AMBIENTAL INDÍGENA | PBAI (2013 - 2020)

FIQUE POR DENTRO

MARÇO/2021



PBAI | PLANO BÁSICO
AMBIENTAL INDÍGENA

HIDRELÉTRICA TELES PIRES



PBAI | PLANO BÁSICO AMBIENTAL INDÍGENA

HIDRELÉTRICA TELES PIRES



A realização dos Programas do Projeto Básico Ambiental - Componente Indígena, é uma medida de mitigação, compensação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo Ibama, sob interveniência da Funai.



SUMÁRIO

1. O que é o PBAI	07
2. Histórico de programas concluídos	11
2.1. Apoio aos Estudos dos Indígenas Isolados	11
2.2. Educação Ambiental	12
2.3. Plano de Ação e Controle da Malária	15
2.4. Monitoramento das Atividades Minerárias	16
2.5. Etnoarqueologia	16
2.6. Fortalecimento das Organizações Indígenas	20
2.7. Valorização da Cultura Indígena	23
2.8. Inventário Florestal e Etnozoneamento	25
2.9. Apoio às Roças Tradicionais	26
2.10. Identificação e Manejo de Novas Fontes de Produtos Florestais Não Madeireiros.....	28
3. Projetos do PBAI em Execução	29
3.1. Programa de Interação e Comunicação Social Indígena (PICSÍ)	29
3.2. Proteção da Integridade Territorial	35
3.3. Hidrossedimentologia	36
3.4. Monitoramento Limnológico e da Qualidade da Água	37
3.5. Monitoramento da Ictiofauna e Desembarque Pesqueiro	39
3.6. Programa de Gestão Ambiental Indígena	42
3.7. Monitoramento das Terras Indígenas	44
4. Outras Atividades Executadas pela CHTP	47
4.1. Obras nas Aldeias	47
4.2. Apoio da CHTP às Comunidades Indígenas durante a Pandemia	51
5. A influência da pandemia na suspensão das atividades do PBAI	55
6. Expediente	57

IMPORTANTE: Todas as imagens utilizadas neste documento que porventura tenham pessoas sem o uso da máscara, correspondem a período anterior ao da pandemia.



1. O QUE É O PBAI



O Plano Básico Ambiental Indígena (PBAI) é uma iniciativa compensatória no âmbito do processo de Licenciamento Ambiental das atividades da Usina Hidrelétrica Teles Pires que ocorrem no rio cujo nome batiza a UHE e que atravessa os estados do Mato Grosso e Pará. Ele foi criado em 2011, depois de um estudo realizado nas Terras Indígenas TI Kayabi e TI Apiaká do Pontal e Isolados, autorizado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

O PBAI é composto por 18 programas socioambientais e o cumprimento deles é uma exigência das Leis Ambientais brasileiras.

Desde a criação do Plano Básico Ambiental Indígena, a UHE Teles Pires vem cumprindo todas as iniciativas previstas nos programas, cujos objetivos são proporcionar melhorias para as 14 aldeias indígenas do baixo Teles Pires sob a abrangência do PBAI e que reúnem os povos Kayabi, Munduruku e Apiaká.



Ano/2018



Dentre as aldeias beneficiadas pelo PBAI, de acordo com a etnia, estão:

ETNIA	ALDEIAS
KAYABI	SÃO BENEDITO
	REMANSO DO COELHO
	UKUMÃ
	DINOSSAURO
	KURURUZINHO (ALDEIA-POLO)
	MINHOCOÇU
	BARRO VERMELHO
MUNDURUKU	POSTO VELHO
	TELES PIRES (ALDEIA-POLO)
	CAROÇAL
	PAPAGAIO
	VISTA ALEGRE
	BOM FUTURO
APIAKÁ	MAYROWI (ALDEIA-POLO)

No período entre 2013 e abril de 2020, 11 dos 18 projetos que fazem parte do PBAI foram concluídos, ou parcialmente concluídos, entre os quais:

- Apoio aos Estudos dos Indígenas Isolados
- Educação Ambiental (parcialmente concluído)
- Plano de Ação e Controle da Malária
- Monitoramento das Atividades Minerárias
- Etnoarqueologia
- Fortalecimento das Organizações Indígenas
- Valorização da Cultura Indígena
- Inventário Florestal e Etnozoneamento
- Apoio às Roças Tradicionais
- Identificação e Manejo de Novas Fontes de Produtos Florestais Não Madeireiros
- Monitoramento das Terras Indígenas

Cada um desses projetos foi executado, proporcionando inúmeros benefícios para as comunidades indígenas das três etnias.

2.2. Educação Ambiental



Entre junho de 2013 e outubro de 2015, o projeto incluiu várias oficinas, entre as quais, a Oficina de Capacitação de Gestão Territorial e Educação Ambiental. Esta última, também foi oferecida aos trabalhadores que atuavam o entorno das aldeias indígenas.

Dentre as iniciativas previstas nestas oficinas, foram promovidos debates, trabalhos em grupo, dinâmicas e plenárias sobre temas ligados à história e características das terras dos povos indígenas. Alguns desses encontros foram conduzidos por indígenas de outros povos de outras regiões, o que promoveu uma rica troca de experiências.

E para maior benefício das comunidades indígenas da região, o projeto de Educação Ambiental também promoveu Oficinas Básicas de Informática, Curso Básico de Fotografia e Vídeo; e Curso Básico e Oficina de Produção de Vídeo-Documentário e Manuseio de GPS.

A CHTP fez a contratação da empresa para elaboração das oficinas e doou

todos os equipamentos para as oficinas de Informática, Fotografia e Vídeo, além de aparelhos para a capacitação do uso de GPS.

As oficinas possibilitaram que os indígenas registrassem seus conhecimentos e práticas tradicionais por meio de fotos, áudios e vídeos, além de ajudá-los a pensar em novas formas de convivência com a natureza, valorizando a própria cultura, patrimônio, história e costumes.

Como resultado, os indígenas das três etnias produziram três vídeos-documentários e 105 fotografias, das quais 30 fizeram parte da Mostra de Fotografia e Vídeo realizada nas Aldeias-Polo (Kururuzinho, Teles-Pires e Mayrowi) entre os dias 04 e 18 de outubro de 2015.

Os participantes também tiveram acesso a Cartilhas de Educação Ambiental aplicada à Gestão Territorial traduzidas nas línguas Kayabi e Munduruku para proporcionar às três etnias o conhecimento dos principais pontos da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas. Além disso, receberam Certificados de conclusão. Ao todo, foram capacitados mais de 130 indígenas das três etnias.





MAIS DE 130 INDÍGENAS CAPACITADOS NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Reciclagem: Está prevista para 2021, a realização de reciclagens das Oficinas Básicas de Informática, dos Cursos Básicos de Fotografia e Vídeo, e do Curso de Manuseio de Aparelhos de GPS, nos mesmos moldes do que já foi realizado anteriormente.

2.3. Plano de Ação e Controle da Malária

Ao longo de 2014 a CHTP doou equipamentos, veículos, insumos e materiais para os Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEI Rio Tapajós-PA e DSEI Kayapó do Mato Grosso-MT.

A CHTP também realizou a construção do Posto de Saúde da aldeia-polo Kururuzinho (Kayabi).

Esse projeto foi executado pela CHTP para atender a uma acordo de cooperação firmado entre a UHE Teles Pires e o Secretaria Especial de Saúde do Indígena (SESAI)/Ministério da Saúde.



2.4. Monitoramento das Atividades Minerárias

Entre abril de 2014 e fevereiro de 2016 a CHTP realizou o monitoramento e o acompanhamento das atividades garimpeiras, nos trechos do rio Teles Pires que passam nas Terras Indígenas Kayabi e Apiaká do Pontal e Isolados. Para que essas ações fossem possíveis foram realizados sobrevoos de observação e pesquisas de campo, além de consultas ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

O objetivo desse projeto era identificar se a formação do reservatório da UHE Teles Pires havia causado alguma interferência na atividade de garimpo na região.

Com o cumprimento de todas as atividades previstas no projeto, verificou-se que a quantidade de balsas de garimpo presentes nas terras indígenas mencionadas era a mesma de antes do enchimento dos reservatórios da usina. Ou seja, foi constatado que a mineração de ouro continuava sendo uma atividade econômica comum no rio Teles Pires, sem alterações na comparação com o cenário existente antes da construção da Usina Hidrelétrica.

2.5. Etnoarqueologia

Entre 2014 e 2018 a CHTP executou o Programa de Etnoarqueologia, motivado pela descoberta, em 2011, de 12 vasilhames cerâmicos, reconhecidos pelo povo Munduruku. As peças foram encontradas no canteiro de obras da UHE Teles Pires, denominados como Sítio Cadeado e no Sítio Porteira, durante a implantação do empreendimento. Após essa descoberta, o povo indígena Munduruku reivindicou a posse dos vasilhames, após consulta realizada pela CHTP.

Todas as programações previstas nesta iniciativa tiveram que ser avaliadas e aprovadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Com o início do programa, os vasilhames, chamados pelos indígenas de “Urnas Funerárias” ficaram sob a responsabilidade da CHTP até serem encaminhadas, em 2017, para o Museu de História Natural de Alta Floresta, gerido pela Universidade do Estado do Mato Grosso. O objetivo era definir, junto ao povo Munduruku, qual o local ideal para os achados arqueológicos.

Ao longo dos anos, após a descoberta dos vasilhames cerâmicos, lideranças Munduruku do baixo, médio e alto Tapajós fizeram várias visitas às peças



Local de descoberta dos artefatos arqueológicos durante a implantação da UHE Teles Pires.

encontradas e realizaram rituais e outras manifestações culturais diante dos achados arqueológicos.

Em 2018, o IPHAN solicitou que a CHTP realizasse um estudo junto ao povo Munduruku, cujo foco era obter entendimento da cultura da etnia e contribuir com a destinação correta dos vasilhames cerâmicos, de modo a atender os



anseios dos indígenas.

Além da realização do estudo Etnográfico, a CHTP também se reuniu com as lideranças para debater sobre a construção da Casa de Cultura em Jacareacanga-PA, que os Munduruku tinham como desejo batizar de



Karobixexe e Dekuka'a. O local a ser construído era uma das opções para guarda dos vasilhames cerâmicos da etnia.

Em dezembro de 2019, ainda sem uma definição da destinação dos artefatos, os Munduruku retiraram os vasilhames cerâmicos do Museu de História Natural de Alta Floresta, levando-os para local desconhecido pela CHTP.





Indígenas das três etnias receberam apoio e capacitação para formar e regularizar suas associações.

2.6. Fortalecimento das Organizações Indígenas

De janeiro a dezembro de 2015 o programa dividiu-se em quatro frentes de atuação:

- Capacitação em Associativismo;
- Apoio na Regularização de Associações Indígenas;
- Capacitação em Elaboração de Projetos para Regularização de Diagnósticos, Planejamento, Captação de Recursos e Sustentabilidade Econômica;
- Promoção de Intercâmbio para Troca de Experiências.

Capacitação em Associativismo

Nas oficinas que aconteceram em janeiro de 2015, foram abordados os seguintes temas:

- Registro em cartório e gerenciamento de atas e relatórios;
- Requisitos de imunidade do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica;
- Contratação de funcionários, prestadores de serviços, estagiários, voluntários, Departamento Pessoal, contadores, etc.;
- Capacitação em secretariado (elaboração de correspondências, arquivos de documentos) e de organização financeira: orçamento, compras, comprovantes, controle de contas bancárias, relatórios financeiros, etc.

Ao todo foram capacitados cerca de 70 indígenas e as oficinas foram realizadas nas aldeias-polo das três etnias (Kururuzinho: Kayabi; Teles Pires: Munduruku e Mayrowi: Apiaká).

Apoio na Regularização de Associações Indígenas

Formação e regularização das Associações Indígenas:

- Associação Indígena Kawaip Kayabi – AIKK;
- Associação Indígena Apiaká Sawara (povo Apiaká);
- Associação Dace (povo Munduruku).

O suporte oferecido pela CHTP incluiu apoio para a realização de assembleias, orientações legais, registros em cartórios, auxílio na compreensão de estatutos, entre outros assuntos ligados ao tema.

Capacitação em Elaboração de Projetos para Regularização de Diagnósticos, Planejamento, Captação de Recursos e Sustentabilidade Econômica

Cerca de 60 indígenas das três etnias participaram de oficinas sobre Diagnóstico e Planejamento Participativos, com objetivo de direcionar cada povo a identificar seus respectivos potenciais, criando projetos voltados para captação de recursos, com geração de renda e qualidade de vida às comunidades.

Também foram realizadas oficinas sobre Políticas Públicas voltadas aos Povos Indígenas, visando à participação em Conselhos e a realização de parcerias com Órgãos Governamentais.



Realização das oficinas de capacitação à comunidade indígena.

Trocas de Experiências com Outras Associações Indígenas

Conselheiros e diretores das Associações AIKK, Dace e Sawara realizaram visitas às associações indígenas presentes em Mato Grosso e no Amazonas, entre as quais:

- Parque Indígena Xingu (PIX);
- Associação Terra Indígena Xingu (ATIX), em Canarana e no Diauarum;
- Associação Indígena Kisedje, na Aldeia Ngoiwere.

Além de todas essas iniciativas, a CHTP ainda realizou, e vem realizando, manutenções de embarcações e motor de popa, apoio logístico, e fornecimento de combustível, para as três etnias, contribuindo ainda mais para o fortalecimento das Organizações Indígenas.

2.7. Valorização da Cultura Indígena

Esse programa foi realizado entre novembro de 2015 e março de 2017 e promoveu a valorização da cultura dos povos Kayabi, Munduruku e Apiaká, considerando seus cantos, grafismos e artesanatos.

O programa permitiu, por meio da tecnologia, que os cantos e grafismos dos três povos indígenas fossem arquivados em livretos, CDs e DVDs, além de identificar possíveis mercados para comercialização e distribuição de seus artesanatos, fortalecendo as organizações indígenas por meio da valorização de suas bases comunitárias.



Cada etnia teve que criar um grupo gestor para mobilização de pessoas que desejassem participar do programa e, para aprimorar a comunicação entre as pessoas, foram criados grupos no aplicativo Whatsapp e da rede social Facebook.



Para valorizar ainda mais o resultado da produção cultural dos indígenas, foram realizadas oficinas de Design de Produtos Artesanais, que ajudaram na orientação sobre o processo de criação, sempre focando no manuseio de técnicas tradicionais dos das três etnias.

Assim, os indígenas puderam se adaptar melhor aos interesses do mercado de artesanato e à Legislação Ambiental, agregando mais valor aos seus produtos por meio da cultura de cada povo, de maneira sustentável.

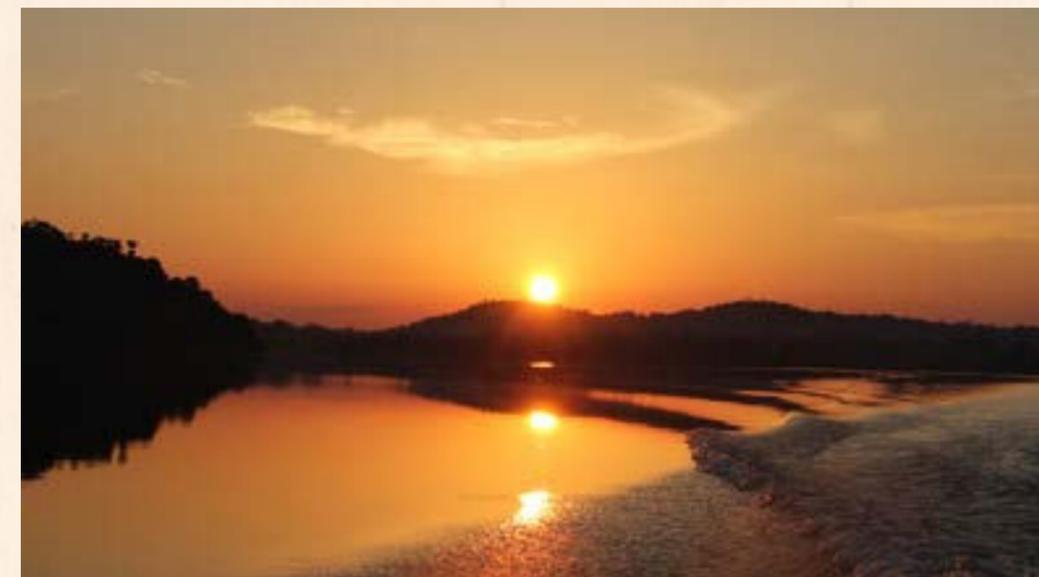
O resultado foi tão positivo que em dezembro de 2016 os integrantes do grupo gestor foram a Belo Horizonte (MG) participar da Feira Nacional de Artesanato onde expuseram e venderam seus produtos.

Outro benefício do programa de Valorização da Cultura Indígena foi a formação de parcerias com lojas de artesanatos da região, que pretendem vender artesanatos produzidos pelos indígenas.

Resgate da Língua Apiaká - Outra iniciativa prevista para o programa de Valorização da Cultura Indígena é o projeto de Resgate da Língua Apiaká, que neste momento encontra-se em fase de ajustes entre os representantes da CHTP, FUNAI, o Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas da Universidade de Brasília (LILLA/UNB) e a Associação Apiaká Sawara para sua continuidade.

2.8. Inventário Florestal e Etnozoneamento

Entre dezembro de 2015 e junho de 2017 a CHTP em conjunto com a comunidade indígena desenvolveu um estudo das Terras Indígenas identificando áreas consideradas sagradas pelos nativos. Além disso, foi possível identificar áreas de pesca e que concentravam riquezas naturais passíveis de exploração sustentável.



Com a participação dos indígenas, com os trabalhos de campo e imagens de satélite, foram mapeados os recursos naturais existentes na bacia do baixo rio Teles Pires, nas áreas utilizadas pelos Kayabi, Munduruku e Apiaká.

Após esta etapa do projeto, foram realizadas oficinas que contaram com a participação das comunidades indígenas para apresentação, avaliação e aprovação dos Mapas Temáticos das Áreas de Uso e Recursos Naturais e do Etnozoneamento.

Com a aprovação dos mapas, foram criados dois tipos de documentos para a comunidade indígena:

Plano de Gestão Territorial – Documento que ajuda a decidir como utilizar os recursos naturais que existem nas áreas utilizadas pelos indígenas.

Inventário Florestal – É o mapa e a demarcação do que a floresta oferece a cada povo, aumentando o conhecimento das etnias sobre os respectivos territórios, assim como potenciais fontes de renda de cada região. Neste caso, o inventário identificou que os territórios indígenas abrangidos pelo PBAI possui uma floresta saudável, rica em recursos não madeireiros, como o látex da seringueira, óleo de copaíba e a castanha-do-brasil, além de grande potencial para o Turismo Ecológico. De pesca e de pesca esportiva.

2.9. Apoio às Roças Tradicionais

Entre dezembro de 2015 e fevereiro de 2018 o programa teve como foco a recuperação do cultivo tradicional dos indígenas nas áreas de roça das aldeias Kayabi, Munduruku e Apiaká, propondo melhorias de produção por meio de

novas técnicas de plantio para preservação florestal, além de conservação de sementes e alimentos.

As propostas do projeto tinham como base estudos sobre a cultura de cultivo da terra das três etnias e quanto de alimento era produzido em cada uma das 14 aldeias.

A partir daí, foi realizada em cada aldeia uma oficina específica visando a melhoria de resultados, formas mais eficazes de armazenamento de sementes e cuidado com a terra (sempre levando em consideração o tipo de solo de cada lugar).

Essas boas práticas geraram excelentes resultados, se espelharam entre aldeias e deram frutos para além das áreas de influência do PBAI. Exemplo disso foi o que aconteceu na aldeia Kawaiwete, que fez contato com a etnia Paraná, para planejar e realizar uma busca de sementes tradicionais e relevantes no rio Xingu, na aldeia Paraná. Esta ação contou com a participação da Associação Indígena Kawap Kayabi (AIKK) e teve o apoio da CHTP.

Desse modo, o programa alcançou seu objetivo ao contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades indígenas, principalmente no quesito alimentação como consequência do aumento na produção de alimentos, da maior variedade de itens agrícolas, das novas técnicas de cultivo e novas áreas de roça registradas, além da conservação consciente da terra.



Cada aldeia recebeu oficinas para ajudar no plantio.

2.10. Identificação e Manejo de Novas Fontes de Produtos Florestais Não Madeireiros

Este programa foi realizado entre dezembro de 2015 e abril de 2018 e o objetivo foi fortalecer o extrativismo da castanha do Brasil, cumaru e copaíba, mostrando aos indígenas por meio de visitas técnicas e oficinas realizadas nas aldeias-polo de cada etnia novas formas de coleta, processamento e armazenamento, para maior atribuição de valor desses produtos no mercado.

Como resultado, foram desenvolvidos dois projetos que proporcionaram benefícios, com geração de renda por meio de produtos florestais não madeireiros, disponíveis em seus próprios territórios, sem riscos para a flora, a fauna ou águas da região.

Produção de Castanha do Brasil – Com safras em 2016, 2017 e 2018, as etnias organizaram-se por meio de suas respectivas associações AIKK (Kayabi), Dace (Munduruku) e Sawara (Apiaká) e receberam apoio da CHTP (materiais, combustível, itens de consumo, entre outros). Foi possível perceber que os indígenas passaram a dar maior importância quanto às decisões ligadas à gestão de seus recursos naturais. Entre 2016 e 2018, foram escoadas cerca de 60 toneladas do produto.



Produção de Cumaru e Copaíba – Com safra em 2017, a produção de Cumaru não foi das maiores e nunca havia sido trabalhado para fins comerciais. Já a Copaíba tem grande potencial comercial em razão do óleo, mas a safra 2017/2018 foi menor que o esperado por causa da seca que ocorreu no período de fim de ano (fanal da estação da seca).

3. PROJETOS DO PBAI EM EXECUÇÃO

3.1. Programa de Interação e Comunicação Social Indígena (PICS)

Este é o programa mais antigo dentre todos que compõem o PBAI, sendo inicialmente gerido entre 2011 e 2017 pela equipe da própria CHTP e a empresa Gaia Social.



Comunicador de campo realizando atendimento nas aldeias.

Em janeiro de 2018, a companhia contratou, com aprovação da FUNAI, a Print Comunicação Empresarial, que desenvolveu um Plano de Trabalho, voltado para minimizar conflitos, estabelecer relações de

aproximação e entendimento, além de ouvir e identificar quais são as necessidades dos indígenas, que podem ser atendidas pela CHTP em razão do estabelecido no PBAI.

O objetivo do Plano de Trabalho, que é executado até o momento, é fazer a intermediação mais rápida e eficaz entre as partes interessadas, sempre respeitando a história e as características culturais das etnias Kayabi, Munduruku e Apiaká do baixo Teles Pires.

Em pouco tempo, esse Plano de Trabalho apresentou resultados significativos junto aos indígenas presentes nas 14 aldeias, a ponto de ser reconhecido com o Troféu Jatobá 2018, na categoria Projeto Especial, entregue durante a 2ª edição do Prêmio Excelência e Inovação, promovido pelo Grupo Gecom e Maxpress.

A contratação de uma empresa especializada para condução do PICSJ atende as seguintes especificações:

- Produção de conteúdo com criação de canais de comunicação direcionados à comunidade indígena residente na área de influência indireta da CHTP;
- Assessoramento e orientação estratégica à UHE Teles Pires na comunicação direta e indireta com as comunidades indígenas;
- Prevenção do acirramento dos conflitos e reações agressivas, ou negativas, pela mediação e antecipação de demandas;
- Intermediação e criação de mecanismos de facilitação para a solução de questões pendentes, entre outras.



Acima, os três Agentes de Comunicação Indígena do PICSJ. À esquerda, Deangele Munduruku e Rosiel Apiaká e à direita, Vagne Kayabi.

Além das especificações citadas, foram obtidos os seguintes resultados a partir de 2018:

- Contratação de três Agentes de Comunicação Indígena, sendo um representante de cada etnia;
- Restabelecimento do sistema de radiocomunicação entre as aldeias e a UHE Teles Pires;
- Criação, produção e afixação de Mural Informativo nas Aldeias-Polo;
- Revisão do layout e da linguagem do boletim informativo "Teles Pires Informa";



- Estabelecimento de diálogo constante e melhoria na qualidade de fluxo de informação entre as partes interessadas;
- Revisão e aprimoramento dos procedimentos de veiculação de informações do PBAI por meio das Redes Sociais;
- Levantamento de dados e elaboração de dois Diagnósticos de Comunicação para avaliação dos aspectos comunicacionais e socioambientais, além das estratégias de compartilhamento de informações do PICSJ junto às comunidades indígenas;
- Elaboração e distribuição de Cartilha Informativa do PBAI nas 14 aldeias presentes na área de influência indireta da UHE Teles Pires;
- Elaboração e divulgação de informativos digitais sobre modos de prevenção e principais sintomas da Covid-19;
- Monitoramento dos casos de Covid-19 nas aldeias;
- Mobilização das lideranças indígenas para recebimento das doações feitas pela CHTP de alimentos, material de limpeza e combustível, durante a pandemia;
- Ações de apoio e divulgação aos demais programas do PBAI, caso necessário.

De janeiro de 2018 a fevereiro de 2021, o PICSJ já realizou cerca de 3 mil atendimentos presenciais executados pelo Comunicador de Campo, em quase 30 campanhas, com média superior a uma visita mensal às 14 aldeias.

Desde o início da pandemia, em março de 2020, o programa de comunicação intensificou os atendimentos proativos dos Agentes de Comunicação Indígena nas suas respectivas comunidades, alcançando, entre março de 2020 e fevereiro de 2021, 420 atendimentos aos Kayabi, 256 atendimentos aos Munduruku e 262 atendimentos aos Apiaká.



O PICSJ continua realizando os atendimentos às comunidades indígenas de todas as etnias, seja à distância, pelo Comunicador de Campo, por meio da internet ou telefone celular, seja presencialmente ou via rádio, pelos Agentes de Comunicação Indígena.



3.2. Proteção da Integridade Territorial

Em maio de 2013 a Coordenação de Monitoramento Territorial (CGMT) da FUNAI elaborou o Programa de Proteção da Integridade Territorial como forma de proteger as terras indígenas Kayabi, Munduruku e Apiaká de invasões. A iniciativa prevê a presença permanente de uma equipe lotada em uma Base de Proteção, que fará o monitoramento da passagem de pessoas e embarcações no rio Teles Pires, dando mais segurança aos indígenas.

Seguindo a orientação dos indígenas, a CHTP realizou a instalação da Base de Proteção Territorial próximo à aldeia Kayabi, Remanso do Coelho. A construção foi concluída e totalmente mobiliada em fevereiro de 2018. Em março, a CHTP realizou a contratação de empresa para execução do programa e em abril do mesmo ano, foi realizado o treinamento da equipe gestora pela CGMT/FUNAI para operação da Base.

Em julho de 2018, a CHTP apresentou o Plano de Trabalho para análise e aprovação da FUNAI, mas somente em abril de 2020 a CHTP foi autorizada a dar continuidade ao programa.

Em 28 de maio de 2020 foi realizada reunião por videoconferência entre a CHTP, FUNAI/CGLIC e FUNAI/CGMT para solução de dúvidas na execução do programa em período de pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

Em 09 de fevereiro de 2021 foi realizada uma nova reunião por videoconferência entre CHTP, FUNAI/CGLIC e FUNAI/CGMT para informar sobre a contratação da empresa Arcadis Logos, para execução do programa e solicitar à FUNAI posicionamento sobre o ingresso na Terra Indígena, já que uma Portaria da própria fundação restringe a entrada nas Terras Indígenas devido à pandemia.



A partir do momento em que as condições seguras sejam reestabelecidas, a CHTP apresentará a equipe de campo à comunidade indígena e iniciará as atividades de monitoramento territorial na Terra Indígena Kayabi e Apiaká do Pontal e Isolados.

3.3. Hidrossedimentologia



Este programa teve início em outubro de 2013, antes do enchimento do reservatório da UHE Teles Pires e consiste no estudo das águas e sedimentos (areia, argila e pedras) que são depositados no fundo do rio. O objetivo principal é a verificação de possíveis efeitos das obras e da operação do empreendimento no trecho de interesse para as comunidades indígenas.

O estudo também permite saber o volume de água do rio, sua largura, profundidade, velocidade da água, a quantidade de argila e areia presentes, o tamanho de seus grãos e onde se acumulam (na formação de bancos de areia), além da quantidade de chuva que cai na região e monitoramento das praias. Desde seu início, já foram realizadas 27 campanhas.

Entre novembro de 2019 e março de 2021, a CHTP seguiu com o desenvolvimento das atividades do programa com a instalação de réguas graduadas que

indicam a localização das coletas. Por meio delas é possível identificar as variações e a intensidade da sedimentação e erosão, caso sejam identificadas.

Nesse período foram realizadas quatro campanhas, tendo como pontos de coleta o rio Apiacás, São Benedito, Santa Rosa e aldeia Coelho. Além disso, são analisados os dados relativos à quantidade e intensidade de chuvas nas margens dos rios e o monitoramento das praias.

Quanto a identificação de materiais suspensos na água, os resultados foram baixos, identificando que a usina hidrelétrica Teles Pires não está causando problemas de assoreamento nas áreas indígenas.

3.4. Monitoramento Limnológico e da Qualidade da Água

Esse programa, com início em outubro de 2013, tem como objetivo analisar a qualidade da água e fazer um comparativo dos resultados obtidos antes, durante e após o término da construção da UHE Teles Pires e no atual período de operação do empreendimento, para verificar se há interferência na qualidade da água do rio Teles Pires. Desde o início do projeto até dezembro de 2019 foram realizadas 21 campanhas com coleta de dados nos rios Teles Pires, São Benedito, Apiacás, Ximari, Cururu-Açu e Santa Rosa.

O monitoramento das condições da água na fase de operação do empreendimento mediu continuamente o Índice de Qualidade de Água (IQA) e o Índice de Estado Trófico (IET) que verifica o nível de nutrientes e de algas na água, ambos com resultados que comprovaram a normalidade da água.



Estudo verifica a qualidade da água antes e após o término da construção da UHE Teles Pires.

Dos dados obtidos através desse programa observou-se que:

- 1) A oxigenação da água foi considerada boa no diagnóstico preliminar durante a fase de implantação e operação;
- 2) Outros aspectos como a turbidez e elementos dissolvidos na água foram classificados como baixos, o que indica que não há erosões na área estudada;
- 3) Após o enchimento do reservatório da UHE Teles Pires, a qualidade da água foi classificada ótima;
- 4) Não foram encontrados agrupamentos de algas ou concentrações de nutrientes perigosos e isso significa que os corpos d'água estão limpos e não causa prejuízo na utilização da água.

Levando em consideração a situação de pandemia, as campanhas previstas

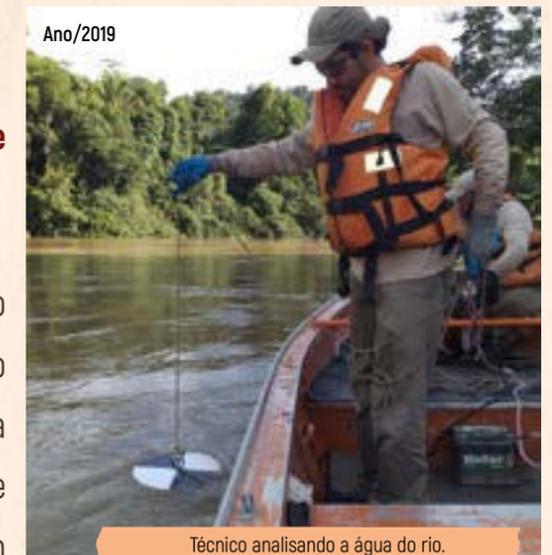
para 2020 não foram realizadas em atendimento à solicitação das lideranças indígenas e ao ofício encaminhado pela FUNAI, proibindo o acesso aos territórios indígenas.

3.5. Monitoramento da Ictiofauna e Desembarque Pesqueiro

Criado em outubro de 2013, o monitoramento tem como objetivo acompanhar possíveis impactos da UHE Teles Pires nas atividades de pesca e no meio ambiente. Além disso, o programa observa o comportamento e a variedade das espécies locais (ícticas) nas áreas próximas às terras indígenas, a quantidade de peixes, onde são encontrados, entre outros elementos.

Desde o início do projeto, até dezembro de 2020, foram realizadas 20 campanhas para coleta de dados em 09 pontos diferentes. Os pontos de 01 a 07 ocorreram dentro das terras da etnia Kayabi. O ponto 08 na etnia Munduruku e o ponto 09 na etnia Apiaká.

Nas campanhas realizadas, foram capturados 14.944 peixes de 163 espécies diferentes, sendo que os tipos de pescados que mais se destacaram foram: pacus, lambaris e piranhas. Os resultados obtidos neste estudo foram



Técnico analisando a água do rio.



Monitoramento verifica se atividades da UHE interferem nas atividades de pesca das comunidades indígenas.

semelhantes a outros realizados em áreas com características neotropicais iguais às áreas das coletas deste programa, sinalizando normalidade dos dados referentes à Ictiofauna.

Mais de **36 espécies**
de peixe foram identificadas desde 2013



Em relação ao desembarque pesqueiro, as campanhas mapearam 605



atividades nas aldeias, que foram realizadas por 220 pescadores indígenas considerados líderes, assim divididos:

- Aldeia polo Kururuzinho – 169 pescadores;
- Aldeia polo Teles Pires - 162 pescadores;
- Aldeia polo Mayrowi – 274 pescadores.

Verificou-se ainda que a maioria das pescarias são curtas, com cerca de cinco horas de duração, por conta da longa distância das aldeias dos locais de pescaria e da necessidade de economia de combustível. Ainda, foi observado que a quantidade de peixes coletados foi considerada satisfatória pelo monitoramento, sem registro de danos à atividade pesqueira das aldeias.

Considerando a situação de pandemia, as campanhas previstas para 2020 não foram realizadas em atendimento a solicitação das lideranças indígenas e orientação da FUNAI, ficando prevista a realização de mais cinco campanhas em 2021, de acordo com as possibilidades.

3.6. Programa de Gestão Ambiental Indígena

Em novembro de 2013, a FUNAI solicitou à CHTP a elaboração do Programa de Gestão Ambiental, como condicionante à renovação da Licença de Operação da UHE Teles Pires, com o objetivo de montar um Comitê Gestor com cada etnia para garantir a participação plena e conjunta de todos envolvidos e promover agilidade nas decisões relativas às ações do PBAI que são realizadas nas terras indígenas, bem como, assegurar o cumprimento dos compromissos socioambientais assumidos pela usina.

Em maio de 2014, a CHTP reuniu-se com as lideranças dos Kayabi, Munduruku e Apiaká para dar explicações sobre o programa e falar de sua importância para as comunidades, além de pontuar sobre a necessidade de formação dos Comitês Gestores, para que cada etnia acompanhasse de perto as ações realizadas em cada programa do PBAI.

Em dezembro de 2019, a CHTP realizou uma reunião com as lideranças Apiaká, na sede da Secretaria Municipal de Educação de Colíder, para tratar de assuntos relacionados ao PBAI, incluindo a formação do Comitê Gestor.

Em fevereiro de 2020, seguindo orientação da FUNAI, a CHTP envolveu a equipe do Programa de Interação e Comunicação Social Indígena (PICS) na elaboração de metodologia e linguagem adequadas, o que resultou na criação do Regimento Interno das três etnias.

O Regimento Interno Kayabi foi aprovado na sede do Sindicato Rural, em Alta Floresta, em março de 2020. Quanto às etnias Apiaká e Munduruku, as reuniões previstas para março de 2020 foram canceladas em decorrência da pandemia e serão retomadas assim que as atividades forem autorizadas.

Além dessas atividades, é oportuno registrar o anseio da comunidade



Reunião entre representantes da CHTP e lideranças indígenas.

indígena sobre a necessidade da presença dos técnicos da FUNAI de Brasília nas atividades do comitê, que são diretamente responsáveis pela execução dos programas ambientais previstos no PBAI. Ainda, destacam-se os esforços da UHE quanto ao cumprimento das ações previstas e, principalmente, o cronograma de reparo das obras indígenas, o qual foi feito de maneira antecipada e as obras entregues com sucesso, bem como, a contratação dos indígenas para o acompanhamento das atividades, seja ela durante as ações de monitoramento ou Comunicação Social.

Essas contratações aproximam as comunidades e facilitam o processo de participação e acompanhamento, trazendo ganho para a gestão dos programas.

3.7. Monitoramento das Terras Indígenas

O Programa de Monitoramento de Terras Indígenas começou em janeiro de 2014 e têm como principais objetivos monitorar o uso e ocupação do solo das Terras Indígenas para o uso agropecuário (pastagens), desmatamento ilegal, incêndios, entre outras utilizações irregulares, como as atividades de garimpo. A área monitorada inclui parte dos municípios de Apicás, Cotriguaçu, Nova Bandeirantes e Paranaíta, no estado do Mato Grosso; e de Jacareacanga, no estado do Pará.

O monitoramento é realizado remotamente por imagem de satélite disponibilizada pelo Instituto Nacional de pesquisas Espaciais (INPE) e também por sobrevoos anuais em que são utilizados equipamentos especiais para mapeamentos dessas áreas.

Entre novembro de 2019 e abril de 2020 o programa realizou:

- Avaliações das Capacidades de Substituição das Áreas, por meio de uma dinâmica de desmate;
- Monitoramento Remoto do Potencial Crescimento do Uso Agropecuário no Entorno e/ou Interior das Terras Indígenas Kayabi e Apiaká do Pontal e Isolados;
- Emissões de Notas Técnicas referente a possíveis desmatamentos em Terras Indígenas;
- Buscas em Cartórios: Visita às Propriedades Afetadas e Consulta aos Órgãos Ambientais Responsáveis.

Desde o início do programa, foram elaboradas 42 Notas Técnicas que indicam possíveis focos de desmatamento e outras ações nas Terras Indígenas. De acordo com as informações obtidas pelo PRODES (Projeto de Monitoramento na Amazônia Legal por Satélite), foram mapeados 8.687,59 hectares que sofreram algum tipo de alteração na área de floresta, sendo 8.593,19 hectares localizados na área de entorno e 94,39 hectares no Interior da Terra Indígena Kayabi. Não foram identificadas áreas desmatadas na Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados.

Através do monitoramento ativo, foram confirmados 35 focos de desmatamento e nestes, foram identificadas as seguintes situações: diminuição da cobertura de floresta por desmatamento, realização de atividades agrícolas e áreas de pastagens, bem como, utilização para abertura de estradas de acesso.



4. OUTRAS ATIVIDADES EXECUTADAS PELA CHTP



Conjunto de ações da CHTP em prol dos indígenas.

4.1. Obras nas Aldeias

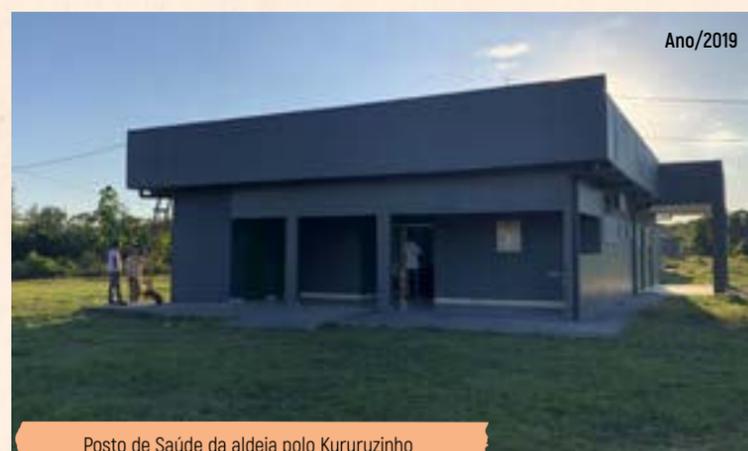
A realização de obras nas aldeias indígenas foi mais uma iniciativa tomada pela CHTP para atender vários aspectos previstos no PBAI que proporcionaram inúmeros benefícios às comunidades indígenas. Seu Plano de Ação incluiu a construção de casas de farinha, casas de apoio, sedes das associações e



lojas de artesanato nas aldeias polo e casas de farinha nas aldeias menores de cada uma das três etnias, além da reforma do posto de saúde da aldeia Kururuzinho. Além disso, também ficou definida a construção de um barracão de apoio que foi entregue ao povo Apiaká, na Cachoeira da Rasteira, localidade próxima à divisa entre os estados do Mato Grosso e Pará, já que o deslocamento dos indígenas da etnia para Porto do Meio para a busca de mantimentos era de longa distância.

A execução das obras foi ordenada de acordo com a distância das aldeias de cada etnia em relação ao Porto do Meio. As construções começaram seguindo esta ordem nas sete aldeias da etnia Kayabi, continuando nas seis aldeias Munduruku, até chegar na aldeia dos Apiaká, a mais distante. As estruturas contaram com a instalação e manutenção de fornos, telas e tachos, além da parte elétrica e hidráulica, construção de calçadas e suporte em alvenaria para as caixas d'água, instalação de chaminés e pintura completa.

No período de chuva, a LS Construtora revisitou todas as aldeias com o objetivo de verificar a necessidade de manutenção nas construções.



Posto de Saúde da aldeia polo Kururuzinho

As obras realizadas em 13 das 14 aldeias contempladas pelo PBAI foram entregues no início de 2020. Somente na aldeia Papagaio (Munduruku) a obra não foi concluída em razão da pandemia, que impede a entrada de não indígenas na região.

No período de execução das obras, antes da pandemia, a construção da casa de farinha da aldeia Papagaio foi impedida pelo cacique José Emiliano Kirixi Munduruku, que solicitou a construção de uma casa de farinha diferente do padrão acordado anteriormente.

Após algumas reuniões, o cacique e os engenheiros da nova construtora contratada pela CHTP chegaram a um acordo e o líder indígena autorizou o reinício das obras. Porém, a chegada da pandemia interferiu na conclusão da construção e a obra teve que ser paralisada.

Após o término do período de isolamento social imposto pela FUNAI, em obediência às recomendações dos órgãos de Saúde, a obra na aldeia Papagaio será concluída.



Sede da Associação Dace na aldeia polo Teles-Pires

Segue abaixo a relação das obras realizadas por aldeia:

Aldeia	Obra	Etnia
São Benedito	Casa de farinha	Kayabi
Remanso do Coelho	Casa de farinha	
Tukumã	Casa de farinha	
Dinossauro	Casa de farinha	
Kururuzinho	Casa de farinha	Kayabi
	Casa de artesanato	
	Casa de apoio	
	Escritório da Associação (AIKK) Reforma do Posto de Saúde	
Minhococu	Casa de farinha	Kayabi
Barro Vermelho	Casa de farinha	
Cachoeira da Rasteira	Barracão de apoio	Apiaká
Posto Velho	Casa de farinha	Munduruku
Teles Pires	Casa de farinha	Munduruku
	Casa de apoio	
	Casa de artesanato Escritório da Associação (Dace)	
Caroçal	Casa de farinha	Munduruku
Casa de Apoio - Escritório	Jacareacanga-PA	
Bom Futuro	Casa de farinha	
Vista Alegre	Casa de farinha	
Papagaio*	Casa de farinha	
Mayrowi	Casa de farinha	Apiaká
	Casa de artesanato	
	Escritório da Associação (Sawara)	

Em 2021 a CHTP revisitará todas as obras nas 14 aldeias para verificar o estado de conservação e as necessidades de reparos de cada uma delas.

4.2. Apoio da CHTP às Comunidades Indígenas durante a Pandemia

Em 16 de março de 2020, foi decretado no Brasil o estágio de pandemia do novo coronavírus (Covid-19) pelo Ministério da Saúde e todos os protocolos de distanciamento social indicados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) passaram a ser adotados.



A partir de então, a CHTP iniciou, por meio do Programa de Interação e Comunicação Social Indígena (PICSI), uma campanha digital de conscientização e prevenção contra a Covid-19 junto aos indígenas do baixo Teles Pires que ficam na área de abrangência do PBAI. A divulgação aconteceu por meio do boletim "Teles Pires Informa" publicado no Facebook do PBAI e das lideranças indígenas, além de cartazes digitais enviados via whatsapp para os Agentes de Comunicação Indígena compartilharem. Vale ressaltar que todos os cartazes digitais enviados para compartilhamento também estavam presentes nos boletins informativos. Ao todo, foram publicados 09 informativos sobre prevenção e sintomas mais comuns da Covid-19 entre março e dezembro de 2020.



Diante do distanciamento social obrigatório, todas as operações de campo dos programas do Plano Básico Ambiental Indígena (PBAI), tiveram suas atividades paralisadas.

E com o isolamento social, os indígenas das três etnias ficaram impossibilitados de sair de suas aldeias para adquirir itens alimentícios, combustível, material de limpeza e kits de saúde para suas comunidades, pois o risco de contágio pela Covid-19 era grande, ainda mais nas cidades de destino mais comum, como Jacareacanga (PA), Colíder (MT), e Alta Floresta (MT), onde os registros de casos da doença só aumentavam.

Em abril, por meio de ofício, as associações AIKK (Kayabi), Dace (Munduruku) e Sawara (Apiaká) contataram a FUNAI-Brasília solicitando apoio para aquisição de cestas básicas, kits de limpeza e higiene e combustível.

A equipe de gestão da CHTP atendeu a solicitação de apoio feita pela FUNAI e, por meio da equipe do PICS, fez a mobilização das lideranças das três etnias para a realização das doações.

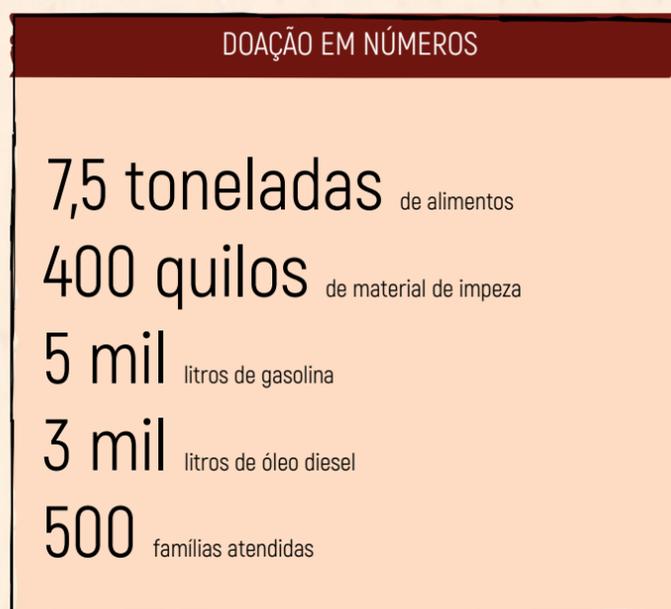


Doações de combustível e alimento da CHTP aos indígenas



Em maio e junho de 2020, a CHTP, com o objetivo de contribuir com as famílias indígenas em situação de vulnerabilidade social causada pela pandemia, fez a doação de 7,5 toneladas de alimentos, 400 quilos de material de limpeza, 5 mil litros de gasolina e 3 mil litros de óleo diesel. Com essa iniciativa, mais de 500 famílias das três etnias foram diretamente atendidas.

Essa ação da CHTP, que está prevista na Portaria nº 419/2020 da FUNAI (conforme item 5), levou em consideração todos os procedimentos anticovid.



Além da doação de alimentos, a CHTP fez um monitoramento por meio dos Agentes de Comunicação Indígena sobre a ocorrência de casos de Covid-19 nas aldeias. Segundo relatos deles, houve mais de 300 casos identificados entre abril e novembro de 2020, porém sem nenhum registro de óbito em razão da doença nesse período.

Acredita-se que o índice de subnotificações dos casos relacionados à doença foi muito elevado e que esse número registrado seja muito inferior ao real,

principalmente em razão do aumento no deslocamento dos indígenas para os municípios do entorno já citados, motivado pelo afrouxamento nas regras de isolamento social imposto nas cidades.

A CHTP continua fazendo o acompanhamento, por meio do PICS, dos casos da Covid-19 nas 14 aldeias sob abrangência do PBAI.

5. A INFLUÊNCIA DA PANDEMIA NA SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES DO PBAI

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou pandemia do novo coronavírus/Covid-19 e, apenas dois dias depois, o Ministério da Saúde regulamentou critérios de isolamento e quarentena para casos diagnosticados da doença.

A partir do dia 16 de março, diante do crescimento exponencial de contaminações pelo país, o Ministério da Saúde montou uma estratégia de contenção da Covid-19, com medidas de distanciamento social e, em casos mais específicos, de isolamento social para os grupos considerados de maior vulnerabilidade, ou de risco à doença, a exemplo dos indígenas.

No dia 17 de março, a FUNAI, por meio da Portaria nº 419/2020, suspendeu as autorizações de entrada em terras indígenas, com objetivo de evitar a disseminação do novo coronavírus nas aldeias.

Vale ressaltar que essa portaria suspende a concessão de novas autorizações, com exceção daquelas necessárias à continuidade de serviços essenciais às comunidades indígenas, como:

- Ações de segurança;
- Atendimento à saúde;
- Entrega de medicamentos;
- Entrega de gêneros alimentícios e;
- Entrega de combustível.

Os dois últimos itens de exceção, previstos na portaria da FUNAI, fizeram parte de algumas das ações da CHTP durante a pandemia, mais especificamente, nos meses de maio e junho de 2020 (conforme item 4.2).

Suspensão das atividades do PBAI – Diante de todo o cenário exposto e tendo como base o que estabelece a Portaria nº 419/2020 da FUNAI, a Companhia Hidrelétrica Teles Pires (CHTP) encontra-se impedida de realizar as atividades referentes a todos os programas que compõem o Plano Básico Ambiental Indígena (PBAI) que ainda estão em fase de execução.

A CHTP aguarda o fim da pandemia e a autorização da FUNAI para voltar a exercer suas atividades de campo junto às comunidades indígenas das 14 aldeias, das três etnias presentes no baixo Teles Pires.

6. EXPEDIENTE

Supervisão e Coordenação Editorial: Arthur Teixeira Loiola

Edição: Janice Caetano e Cesar Augustus Coelho

Matérias: Mequiel Zacarias Ferreira e Cesar Augustus Coelho

Realização: Print Comunicação Empresarial

Agradecimentos:

Marcelo Carvalho – Comunicador de Campo (2018/2021)

Vera Cruz Soluções Geofísicas e Geológicas

Naturae Consultoria Ambiental

LS Construtora

IMPORTANTE: Todas as imagens utilizadas neste documento que porventura tenham pessoas sem o uso da máscara, correspondem a período anterior ao da pandemia.



A realização dos Programas do Projeto Básico Ambiental – Componente Indígena, é uma medida de mitigação, compensação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo Ibama, sob interveniência da Funai.



PBAI PLANO BÁSICO
AMBIENTAL INDÍGENA

Hidroeléctrica TELLO PIRES